



**CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

**LEI N° 4958/1997**

Ementa

**REFORMULA O FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE-FUNSS E CRIA OS CARGOS PÚBLICOS QUE ESPECIFICA.**

Data da Norma

**24/01/1997**

Data de Publicação

**28/01/1997**

Veículo de Publicação

**Imprensa Oficial do Município-**

Matéria Legislativa

**[Projeto de Lei n° 7007/1997](#) - Autoria: Prefeito Municipal**

Status de Vigência

**Em vigor**

Observações

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - promoção social**

**PROMOÇÃO SOCIAL - geral**

**SERVIDORES - cargos**

**Autor: MIGUEL MOUBADDA HADDAD (PREFEITO MUNICIPAL)**

Histórico de Alterações

Data da Norma

30/05/1997

27/12/1999

Norma Relacionada

[Lei n° 5001/1997](#)

[Lei n° 5370/1999](#)

Efeito da Norma Relacionada

Alterada por

Alterada por



**LEI Nº 4.958, DE 24 DE JANEIRO DE 1.997**

**Reformula o Fundo Social de Solidariedade-FUNSS e cria os cargos públicos que especifica.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ**, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Extraordinária realizada no dia 23 de janeiro de 1997, **PROMULGA** a seguinte Lei:-

**Art. 1º** - A Lei nº 2.635, de 24 de junho de 1983, que criou o Fundo Social de Solidariedade-FUNSS, órgão integrante do Gabinete do Prefeito, ratificada pela Lei nº 3.733, de 27 de maio de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 2º** - O Fundo Social de Solidariedade de Jundiá, criado junto ao Gabinete do Prefeito, constitui-se em ente do Poder Público, atuando como órgão do sistema de assistência social.

**Parágrafo único.** O Fundo Social de Solidariedade-FUNSS tem como objetivo e missão precípua o desenvolvimento de ações de mobilização e articulação da comunidade em torno das causas dos grupos e municípios em situação de exclusão social, pelo despertamento do espírito de solidariedade e filantropia.

**Art. 3º** - O Fundo Social de Solidariedade-FUNSS, constituído pelo Conselho Deliberativo, tem por atribuições:

**I** - efetuar o levantamento das principais necessidades e aspirações da comunidade;

**II** - proceder ao levantamento de recursos humanos, materiais, financeiros e outros mobilizáveis na comunidade.

**III** - definir e encaminhar soluções possíveis para as questões sociais.

**IV** - valorizar, estimular e apoiar iniciativas da comunidade voltadas para a solução dos problemas locais.

**V** - promover articulações e atuar integradamente com os órgãos que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura e com outras entidades públicas ou privadas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

**VI** - adotar as providências necessárias à assinatura de convênios com entidades que atendam aos objetivos do Fundo.

**VII** - adotar todas as medidas pertinentes à concessão de subvenções ou auxílio sociais, promovendo o controle de sua aplicação.

**VIII** - recepcionar as entidades de atendimento social e filantrópico do Município, emitindo pareceres sobre os pedidos e encaminhando soluções juntamente com os demais órgãos do Município;

**IX** - prestar cooperação, apoiar e estimular as realizações e iniciativas filantrópicas que beneficiem a população.

**X** - planejar e executar todas as campanhas de cunho social no Município (como as de agasalho, brinquedo, alimentos, etc.), utilizando-se, para tanto, dos seus próprios recursos e daqueles oriundos de outros órgãos da estrutura administrativa e dos entes comunitários;

**XI** - planejar, executar e subsidiar programas de apoio às entidades privadas e governamentais;

**XII** - propor, assessorar tecnicamente e administrar convênios que a Prefeitura venha a firmar com entidades de prestação de serviços sociais, privadas e estatais, que visem diminuir os problemas sociais no Município,

**XIII** - coordenar ações concernentes à Defesa Civil, podendo, para tanto, utilizar recursos materiais e pessoal da Prefeitura.

**Art. 4º** - O Conselho Deliberativo, composto por 13 (treze) membros, será presidido por pessoa de livre indicação do Chefe do Executivo

**Parágrafo único.** Comporão o Conselho, a convite do Prefeito, representantes dos diversos segmentos da sociedade.

**Art. 5º** - O mandato dos membros do Conselho Deliberativo será de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por igual período, cumprindo-lhes exercer suas atribuições até a designação dos novos membros

**Parágrafo único.** O Prefeito poderá substituir, temporária ou definitivamente, os membros impedidos do regular exercício de suas funções



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

**Art. 6º** - O mandato dos membros do Conselho Deliberativo será exercido gratuitamente e suas funções consideradas como prestação de serviços relevantes ao Município.

**Parágrafo único.** Extingue-se o mandato dos membros integrantes do Conselho Deliberativo ao término do mandato do Prefeito que os indicou.

**Art. 7º** - Compete à Presidência do Conselho Deliberativo a adoção de todas as medidas administrativas, financeiras e orçamentárias para gestão do Fundo.

**Parágrafo único.** A conta bancária do Fundo será movimentada conjuntamente pelo Presidente e por um dos membros do Conselho Deliberativo, designado por este para exercer as funções de Tesoureiro.

**Art. 8º** - Constituem receitas do Fundo Social de Solidariedade:

- I - contribuições, donativos, legados de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;
- II - auxílios, subvenções ou contribuições;
- III - outras vinculações de receitas municipais cabíveis;
- IV - receitas auferidas pela aplicação no mercado de capitais; e
- V - quaisquer outras receitas que lhe possam ser destinadas.

**Parágrafo único.** Todos os recursos auferidos serão contabilizados como receita orçamentária municipal e alocados através de dotações consignadas na lei orçamentária ou através de créditos adicionais, obedecendo sua aplicação às normas gerais de direito financeiro.

**Art. 9º** - O Conselho Deliberativo emitirá, mensalmente, um balancete demonstrativo da receita e da despesa do mês anterior

**Art. 10** - Para a consecução dos objetivos do Fundo Social de Solidariedade, ficam criados na estrutura da Prefeitura, junto ao Gabinete do Prefeito, os seguintes cargos de provimento em comissão:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTITATIVO
Diretor	CC-03	03
Assistente Social	CC-04	02
Oficial Administrativo	CC-09	01

**Art. 11 -** Fica autorizado o recebimento de recursos provenientes de transferência do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo.

**Art. 12 -** As despesas com a execução desta lei correrão por conta de verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário

**Art. 13 -** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 4 218, de 24 de setembro de 1993

  
**MIGUEL HADDAD**

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos vinte e quatro dias do mês de janeiro de mil novecentos e noventa e sete.

  
**MARIA APARECIDA RODRIGUES MAZZOLA**

Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos